

Brasil negocia "waiver" dos credores para obter dinheiro novo

por Maria Clara R.M. do Prado
de Washington

O comitê assessor da dívida externa brasileira reúne-se hoje, em Nova York, para decidir sobre o destino da terceira parcela de projeto de "dinheiro novo" — acertada no acordo assinado há um ano — no valor de US\$ 600 milhões. Pelos termos do contrato, o prazo para o Brasil requerer o desembolso desta parcela expira-se neste sábado e um entendimento precisa ser alinhavado porque a liberação do dinheiro novo está condicionada ao pagamento em dia dos juros da dívida aos bancos.

O governo brasileiro poderá garantir a disponibilidade daqueles recursos, desde que os bancos concordem em conceder uma dispensa — "waiver" — pelo não cumprimento das regras do contrato e decidiram prorrogar para mais adiante, possivelmente para janeiro, o prazo para a solicitação dos US\$ 600 milhões. Existe, no entanto, um problema a ser contornado: a concessão do "waiver" precisa ter a adesão de 95% do valor dos créditos dos bancos envolvidos no projeto do "dinheiro novo" e isso, conforme comentou ontem o secretário especial para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, ministro Sérgio Amaral, "torna essa possibilidade mais complicada".

Sérgio Amaral não vai participar da reunião do comitê assessor de bancos credores hoje. Ele voltou ontem para o Brasil, junto com o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, que deu por encerrada sua participação na reunião anual do FMI e do Banco Mundial. Mas Amaral teve oportunidade de conversar com o coordenador do comitê, William



Mailson da Nóbrega

Rhodes na terça-feira e tentou amarrar uma outra alternativa diante da dificuldade de se obter a concordância dos 95% dos credores para a prorrogação do prazo de solicitação da terceira parcela.

Se a prorrogação for de todo impossível, como apontam as indicações, o Brasil colocaria de lado a possibilidade de obter essa parcela acertada em contrato e procuraria encaixá-la em um pacote de médio prazo que busca negociar o financiamento para o balanço de pagamentos até março do ano que vem. O hiato deste financiamento externo está calculado em torno de US\$ 4 bilhões entre agosto e março.

"Podemos deixar vencer o prazo e trabalhar em outras alternativas que viabilizem o pagamento dos juros", comentou Amaral. Para o Brasil acertar agora um entendimento com os credores não é tarefa fácil, já que nem o México, que fez acordo com o FMI e tem já um plano de renegociação de sua dívida externa definido no papel, está conseguindo a adesão necessária à opção de "dinheiro novo" para poder oferecer a sua parte nas garantias de pagamento da

dívida externa. Essa seria uma condição acertada para que o principal e os juros pudessem ser abatidos.

Ontem, o economista-chefe do Banco Mundial (BIRD), Stanley Fischer, explicou que o desconto médio do pacote mexicano — entre a redução de 35% do principal e a outra alternativa da redução de juros, cujas taxas flutuantes seriam substituídas pela taxa fixa de 6,25% ao ano — vai de 27 a 30%. A manifestação dos bancos credores no sentido de que não estão dispostos a optar pelo dinheiro novo terá, segundo Fischer, de ser compensada com um aumento na taxa de desconto da dívida mexicana para não alterar o fluxo de caixa do país. O governo dos Estados Unidos tem feito um esforço para que os bancos aceitem entrar com dinheiro novo no México. No final da tarde de terça-feira, o presidente George Bush chegou a reunir na Casa Branca 65 executivos de bancos para pedir que dem suporte ao Plano Brady de redução da dívida. (Ver matéria ao lado)

Apesar das dificuldades, o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, alimenta a expectativa de um acordo com o FMI em torno de um novo programa que possa desobstruir os financiamentos externos dos bancos privados e dos organismos multilaterais de crédito. "O governo está mais esperançoso hoje de um entendimento do que estava no

passado, tendo como base o orçamento de 1990, e o FMI tem acompanhado o esforço que fazemos para manter a economia sob controle", disse ele, adiantando que está disposto a pagar o preço necessário para manter o rigor da política monetária.

O negociador brasileiro junto ao FMI, Mikal Gartenkraut, está em Washington desde a semana passada procurando um entendimento com o Fundo que aguarda a confecção final do orçamento geral da União para 1990. Gartenkraut não sabe quando voltará a Brasília.

O Fundo quer discutir em detalhes o orçamento e Nóbrega reafirmou ontem que o gerente-geral do organismo, Michel Camdessus, tem demonstrado interesse em chegar a um entendimento com o Brasil. Isto contraria as declarações feitas pelo presidente José Sarney em Nova York, na terça-feira, criticando o FMI por não apresentar maior disposição em alcançar um entendimento com o Brasil e de que os técnicos do organismo acreditam que deveriam negociar com a nova administração, que toma posse em março. O ministro da Fazenda não quis comentar ontem, ainda em Washington, as afirmações do presidente da República nem a aparente falta de entrosamento que existe nas declarações do governo. Disse apenas que há dois dias não conversava com o presidente José Sarney.